



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 141, DE 2007

Acrescenta o art. 32-A à Lei nº 6.515, de 23 de dezembro de 1977, para determinar que, após a averbação do divórcio, as certidões de registro indiquem o estado civil de solteiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.515, de 23 de dezembro de 1977, passa a vigor acrescido do seguinte art. 32-A:

Art. 32-A Após a averbação do divórcio, as certidões do registro deverão indicar o estado civil de solteiro, sendo vedada qualquer referência ou observação alusiva a vínculos conjugais anteriores.

§ 1º A critério da autoridade judiciária, poderá ser fornecida certidão para a salvaguarda de direitos.

§ 2º O disposto no *caput* deste artigo não prejudica direitos, deveres, obrigações e impedimentos eventualmente decorrentes do casamento dissolvido.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda Constitucional (EC) nº 9, de 1977, à Constituição Federal de 1967 trouxe consigo uma verdadeira conquista para a sociedade brasileira, especialmente para aqueles cônjuges que, apesar de, na prática, já terem vivenciado

a falência do matrimônio que os mantinha unidos, continuavam a ser torturados pelo legislador, que lhes impunha o fardo de permanecerem casados contra a própria vontade e lhes proibia de buscar – ao menos sob a proteção da lei – a felicidade em outro casamento.

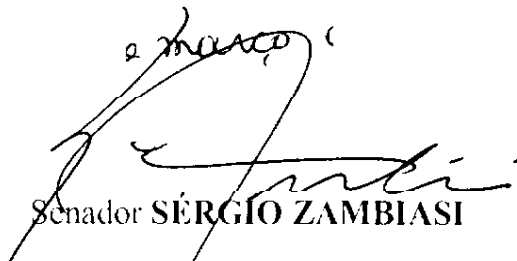
Na esteira da EC nº 9, de 1977, foi editada a Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, que trouxe a regulamentação infraconstitucional e instituiu formalmente o divórcio no Brasil.

A despeito disso, ainda hoje as pessoas divorciadas são estigmatizadas na sociedade, como se o insucesso do matrimônio pudesse evidenciar alguma característica negativa em suas personalidades, o que representa grave violação do princípio da dignidade da pessoa humana e da proteção da intimidade, ambos de estatura constitucional.

Preocupados com essa questão, apresentamos o presente projeto, que não pretende subverter as regras vigentes atinentes ao estado civil ou, mesmo, alterar direitos, deveres, obrigações e impedimentos que derivem do casamento dissolvido. Nossa pretensão é tão-somente determinar que as certidões de registro fornecidas após a averbação do divórcio consignem o estado civil de solteiro, permanecendo as anotações à disposição das autoridades, mas sem repercutir direta e negativamente no dia-a-dia das pessoas.

Assim, convictos de que esta proposta representará importante passo na direção da proteção à dignidade da pessoa humana e à intimidade, conclamamos os nobres Pares a aprovar nossa iniciativa.

Sala das Sessões, 22 de março de 2007.



Senador SÉRGIO ZAMBIASI

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.515, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977.

Regula os casos de dissolução da sociedade
conjugual e do casamento, seus efeitos e respectivos
processos e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 31 - Não se decretará o divórcio se ainda não houver sentença definitiva de separação judicial, ou se esta não tiver decidido sobre a partilha dos bens.

Art 32 - A sentença definitiva do divórcio produzirá efeitos depois de registrada no Registro Público competente

Art 33 - Se os cônjuges divorciados quiserem restabelecer a união conjugual só poderão fazê-lo mediante novo casamento

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 22 /3/2007.